

ANÁLISE DAS FORMAS DE PROCESSAMENTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR DE GUAREÍ VELHO, ANGATUBA/SP

Sarah Mafeis de Jesus¹

Henrique Carmona Duval²

Resumo

A agricultura familiar tem se afirmado e se destacado como um segmento estratégico para a população, devido a ser responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários e de matérias-primas agrícolas no país. Dessa maneira, demonstra-se a importância da unidade familiar rural no âmbito econômico. Porém não é indicativo de que o produtor tem um retorno satisfatório da atividade, visto que podem perder espaço para intermediários e/ou atravessadores, seja nas atividades de processamento e agregação de valor ou na comercialização. Na cadeia produtiva, os agricultores familiares encontram dificuldades, pois muitas vezes não há um domínio do processo nem há acompanhamento pela assessoria técnica, além da concorrência dos mercados e influencia do agronegócio nas regiões. Assim, torna-se fundamental a melhoria na economia da família rural e uma oportunidade está na agregação de valor dos produtos rurais. O presente estudo tem como objetivo avaliar a associação de agricultores familiares no Guareí Velho, município de Angatuba, por meio de avaliação das formas de organização do grupo em termos da divisão do trabalho, do processamento e da comercialização. Com o desenvolvimento do projeto, espera-se investigar e valorizar os agricultores familiares com produção orgânica da região para a promoção da Segurança Alimentar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Agregação de valor, Segurança Alimentar

¹ Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, Curso de Engenharia de Alimentos, Buri, Brasil, sarah.mafeis@outlook.com

² Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, Buri, Brasil, henriquecarmona@hotmail.com

1. Introdução

A agricultura familiar tem se afirmado e se destacado como um segmento estratégico para a população, devido a ser responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários e de matérias-primas agrícolas no país (PRESOTTO, 2007). Conforme dados do censo agropecuário do IBGE (2006), a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, representando 10% do PIB nacional e 75% da mão de obra trabalhadora no campo.

Tais dados demonstram a importância da unidade familiar rural no âmbito econômico, mas não é indicativo de que o produtor tem um retorno satisfatório de sua atividade, pois muitas das vezes perdem espaço para intermediários e/ou atravessadores, seja nas atividades de processamento e agregação de valor ou na comercialização. Dessa forma, torna-se fundamental a melhoria na economia da família rural, e uma oportunidade está na agregação de valor dos produtos rurais (GAZOLLA, NIEDERLE, WAQUIL, 2012).

A produção agrícola que se origina em pequenas unidades familiares, muitas vezes de forma individualizada, acaba gerando necessidade de uma comercialização coletiva para atingir escala e atender a demanda do mercado, bem como para se conseguir um preço melhor. Em relação à produção e à comercialização, o agricultor familiar se depara com as exigências do varejo. Este fato o obriga a entregar a sua produção a preços que às vezes não cobrem os custos de produção (SEPULCRI, TRENTO, 2009).

Em toda a cadeia produtiva, entendida enquanto o processo de produção, processamento e comercialização, dos produtos, os agricultores familiares encontram dificuldades, pois muitas vezes não há um domínio do processo nem há acompanhamento pela assessoria técnica. Outro obstáculo encontrado pelos agricultores para o escoamento da sua produção é a concorrência dos mercados varejistas e atacadistas e a forte influência do agronegócio nas diferentes regiões. Quanto ao processamento, as próprias normas sanitárias podem representar um obstáculo para os agricultores familiares conseguirem inserir produtos processados no mercado, seja de origem vegetal ou animal (WILKINSON, 1999).

São elementos que aumentam a exigência pela especialização da produção e a oferta de produtos em escala. No entanto, para manter a regularidade de fornecimento, além da dedicação e empenho do agricultor, falta acompanhamento técnico, processo de formação e a consequente compreensão do consumidor em relação à sazonalidade de determinados alimentos, bem como ter acesso às informações sobre todo o processo produtivo, como sobre

uso de agrotóxicos e mão de obra familiar. A análise destes fatores é fundamental para a manutenção e criação de novos mercados.

O presente projeto tem como foco central a agregação de valor na produção da agricultura familiar, entendido enquanto um processo de “elevação de preços de um produto em decorrência de alguma alteração em sua forma ou sua apresentação, tanto do produto in natura como agroindustrializado, dentro de cada nível da produção; da agroindustrialização e da comercialização” (ARAÚJO, 2007).

Como um pressuposto metodológico de projetos voltados à pesquisa sobre produção e processamento na agricultura familiar é que ela está baseada na diversificação da produção. Isto exige que seja tratada diferentemente da agricultura de grande porte (FERREIRA, 2013). Tanto as técnicas de manejo e de processamento da produção na agricultura familiar são atravessadas pela diversidade, pois fazem parte de conhecimentos tradicionais e são formas de se possuir maior autonomia com relação ao controle dos custos de produção. São aspectos que não podem ser considerados individualmente no processo produtivo, que começa com a decisão do que produzir e como processar, a partir de fatores culturais, regionais, de mercado, de clima e de relevo, assim como planejamento da produção e conseqüentemente da comercialização (MALUF, 2004).

1.1 Processamento, agregação de valor e perspectivas para a agricultura familiar

O processamento e a agregação de valor, conhecidos como transformação ou beneficiamento da produção, fazem parte da própria história e da cultura das famílias, que produzem e destinam seus produtos ao autoconsumo e vendem o excedente para os mercados locais. Carece considerar, no entanto, que a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária visando à comercialização (GAZOLLA, NIEDERLE, WAQUIL, 2012).

Dessa forma, o processamento e a agregação de valor são etapas do processo produtivo de importância relevante que reúnem uma diversidade de ações, funções e valores. Quer seja para fins comerciais e/ou para o seu autoconsumo, esse processo vem ganhando força dentro da agricultura familiar. Além de preservar ou revitalizar costumes e hábitos das unidades familiares, tem fomentado as bases da autossuficiência de produtos *in natura* e processados (SACCO DOS ANJOS, 2003). Por isso, pode favorecer a soberania alimentar da

população, uma vez que gera produtos mais baratos pela proximidade com os consumidores e pela diminuição de intermediários.

Com o aumento da demanda por produtos naturais, em contraposição aos ultras processados, a consolidação do conceito de responsabilidade socioambiental e o atual cenário de mudanças climáticas, amplia-se a cada dia a demanda por produtos de qualidade, ambientalmente bem manejados e socialmente justos. Frente ao reconhecimento da importância da pluriatividade e do papel da multifuncionalidade do espaço rural os mercados institucionais têm influenciado os agricultores familiares a firmarem novos usos sobre os territórios e contribuem à afirmação de uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental (BECKER et. al., 2011; BECKER, SACCO DOS ANJOS, 2010), e isto tem contribuído para a promoção do desenvolvimento rural (VON DENTZ, RAMBO, 2014).

Para tanto, é necessário políticas públicas e iniciativas governamentais que estimulem a produção familiar ecológica e tornem possível a comercialização local e a distribuição igualitária desses alimentos entre a população em situação de risco. Trata-se da promoção da segurança alimentar da população via oferta de alimentos “limpos” e nutritivos, não apenas das redes de comercialização local, mas principalmente através do estímulo ao consumo social (mercados institucionais). Mas esse esforço requer o comprometimento dos governos em adquirir alimentos vindos da agricultura familiar e fornece-los a população em situação de risco alimentar (ROSA, 2014).

Dessa forma, as políticas públicas que instituem os mercados institucionais podem ser abordadas como instrumento do desenvolvimento rural. Isso porque contribui para a afirmação da agricultura familiar, o crescimento econômico dos agricultores e do compromisso com a segurança alimentar para uma parcela importante da população (pessoas em situação de risco, escolares e etc.). Além disso, ao adquirir o alimento da agricultura familiar e doá-lo às instituições locais, os programas institucionais contribuem para valorização da produção local e para a formação de redes locais de comercialização (ROSA, 2014).

Uma das principais barreiras aos produtos alimentícios de origem animal e vegetal da agricultura familiar destinados à comercialização é que devem ser inspecionados por ministérios como Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). E é fundamental possuir condições para regularização ou enquadramento sanitário das agroindústrias com a existência de registro dos estabelecimentos

e produtos, rotulagem, implementação de ferramentas de garantia da qualidade e de controle das condições higiênico- sanitárias dos estabelecimentos e produtos (FERREIRA, 2013). Somado à falta de assistência técnica, esse é outro grande gargalo para o processamento e a agregação de valor da pequena produção.

No presente trabalho serão estudadas famílias de agricultura familiar do distrito do município de Angatuba, no bairro rural do Guareí Velho. A associação é caracterizada pela produção familiar de produtos orgânicos, possui equipamentos em desuso para o processamento da produção em um galpão atualmente desativado devido a falta de instrução técnica. A comercialização é realizada em uma feira semanal promovida pelo município e outra parte é destinada para o autoconsumo familiar. No grupo em questão existe uma demanda para certificar o produto orgânico e melhorar os processamentos destes.

2. Objetivos

2.1 Objetivos Gerais

O objetivo do presente trabalho é investigar na literatura as diversas possibilidades de processamento e as perspectivas de mercado para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo avaliar uma associação de agricultores familiares no Guareí Velho, município de Angatuba, por meio de idas a campo e relacionando questões socioeconômicas, produtivas e de organização do grupo.

2.2 Objetivos específicos:

- Investigar as formas de organização do grupo em termos da divisão do trabalho, do processamento e da comercialização.
- Investigar o processamento dos alimentos provindos do grupo e as formas de agregação de valor ao produto agrícola como: manuseio; classificação, padronização e embalagem;
- Caracterizar os processos de regularização ou enquadramento sanitário do estabelecimento e de seus produtos;
- Analisar o papel das mulheres na produção, processamento e comercialização.

3. Metodologia

A pesquisa de campo baseia-se na aplicação de questionários semiestruturados, abordando aspectos da organização, da produção, do processamento e da comercialização. Além dos questionários serão realizadas visitas regulares aos agricultores familiares, buscando conhecer seus sistemas produtivos e espaços de processamento. Nessas visitas, será feito uso de registros em diários de campo e fotográficos.

Também serão usados outros meios para a análise como entrevistas gravadas e transcritas com agentes que prestam assistência técnica ao grupo e agentes da prefeitura municipal de Angatuba que apoiam o grupo com a realização da feira de produtores e na elaboração de editais da merenda escolar.

Para a identificação e agregação de valor aos produtos do grupo será realizada um estudo por meio de observações de situações práticas e reais em conjunto com levantamento bibliográfico de livros, revistas, trabalhos, sites técnicos, periódicos, entre outros. Além de visitas a estabelecimentos de varejo ligados a produtos orgânicos processados. A pesquisa e análise de formas de agregação de valor serão feita com cuidado para que esteja ao alcance do agricultor familiar rural.

A caracterização será feita por meio de observações práticas e formulários técnicos e oficiais baseado na legislação sanitária brasileira, visando a participação dos agricultores no mercado formal. Além de buscar apoio dos órgãos públicos competentes, como as Secretarias de Vigilância dos municípios e dos estados, além de outras instituições ligadas ao tema.

Para analisar o papel da mulher será realizada pesquisa mediante observação prévia quanto a organização do grupo familiar, seguido por levantamento de referencial bibliográfico a ser complementado por coleta de dados primários mediante entrevistas abertas e história oral realizadas através de contato direto com a realidade pesquisada. Após, a análise se dará mediante processo de interpretação dos dados obtidos que se destinam, a saber, o perfil produtivo das mulheres.

4. Resultados

Apesar do interesse pela alimentação orgânica estar ainda restrito a uma pequena parcela da população, a crítica ao uso dos agrotóxicos e a busca de alimentos saudáveis vêm ganhando espaço entre a agricultura familiar e consumidores (NETO et al., 2018).

Segundo Coelho (2001), a produção e o consumo de alimentos orgânicos representam valores significativos para a economia brasileira e para a saúde da população, sendo uma

forma de sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar. Além disso, também pode representar uma ação de desenvolvimento regional.

Dessa forma, coloca-se a importância de manter vínculos estreitos entre a produção da matéria-prima e a atividade de agregação de valor à mesma, visto que a agregação possibilita originar processos de diferenciação econômica entre os agricultores envolvidos, assim transformando o cultivo orgânico em sua principal fonte de renda (MALUF, 2002).

Segundo Almeida (2006), o setor de frutas e hortaliças constitui-se como um dos mais promissores tanto no meio rural como nas prateleiras de mercado, visto que apresenta vários benefícios para a saúde do consumidor. Nesse sentido, mudanças nos padrões de demanda, acompanhado por tecnologias adequadas, têm permitido o crescimento deste mercado a taxas superiores às dos demais produtos alimentares. Então, esta cadeia produtiva caracteriza-se pela necessidade de diversidade de produtos nos pontos de venda e acondicionamento adequado, visto que trata de produtos altamente perecíveis que se encontram com melhor qualidade no momento da colheita (FILGUEIRA, 2000). Assim, torna-se necessário à introdução de processos eficientes de industrialização que visam basicamente estender à vida útil do produto, preservando a qualidade através da inibição dos possíveis processos deterioradores (CAMARGO et al., 1984; GAVA, 1984).

Segundo Oliveira et al. (2003), atualmente, em supermercados, quitandas e sacolões é cada vez mais comum encontrar frutas e verduras já lavadas, higienizadas e embaladas, prontas para o consumo. Trata-se de produtos minimamente processados, que aliam conveniência e praticidade, conquistando a preferência do consumidor. O processamento mínimo consiste em submeter hortaliças e frutos a uma ou mais alterações físicas, como lavagem, descascamento, fatiamento e corte, e em alguns casos a tratamentos químicos, tornando-os prontos para o consumo ou preparo. Após serem processados, os produtos devem apresentar atributos de qualidade, mantendo o máximo de suas características nutritivas e sensoriais, como o frescor, aroma, cor e sabor (GAVA, 1984).

A agroindustrialização familiar oferece, e que a torna importante para a oferta de produtos de qualidade diferenciada, dentro de uma perspectiva de segurança alimentar é a forma com que os produtos são elaborados. Diferente dos produtos vindo da grande escala, feitos de forma massiva, os produtos das agroindústrias familiares apresentam a possibilidade de serem elaborados de forma “artesanal”, ou seja, com mais cuidado e preservando características organolépticas e práticas típicas de cada localidade (TORREZAN, 1997).

De acordo com Rolle (2010), para a comercialização desses produtos tornam-se necessários programas de certificação que garantam a qualidade e a segurança dos produtos fundamentais para atender aos mercados. Esta adoção de boas práticas sanitárias e a rastreabilidade, acabou gerando a exclusão do agricultor familiar do cenário em virtude dos desafios deste novo mercado. Isso significa um aumento de custo de transação para o pequeno produtor e uma conversão tecnológica intensa nas pequenas propriedades (NETO et al., 2018).

Dessa forma, um dos desafios da produção orgânica é o alto custo da certificação para os pequenos agricultores, assim, apesar de muitos produtores cultivarem de acordo com as normas da agricultura orgânica, os seus produtos acabam sendo vendidos como convencionais por falta da certificação, pois, segundo a lei 10831 de 23 de dezembro de 2003, os produtos só podem ser vendidos com denominação orgânica, se a produção for certificada por organismos reconhecidos oficialmente. Nesse sentido, o Programa de Certificação dos Produtos Orgânicos dos agricultores familiares de forma participativa apresenta-se como importante instrumento para a superação destes desafios, pois além de promover a denominação oficial dos produtos orgânicos, não têm custos para os pequenos produtores (NETO et al., 2018).

Para Schmidt (2004), ainda que o desenvolvimento tecnológico da agroecologia e o discurso sejam importantes, é somente através do ato da compra de alimentos orgânicos que o consumidor se torna, propulsor do aumento de produção e, conseqüentemente, do aumento da área e do número de agricultores dedicados à agricultura orgânica. Assim, os conhecimentos e estratégias de fortalecimento da relação produtor e consumidor tornam-se fundamentais.

No que diz respeito à visibilidade e reconhecimento da participação efetiva da mulher no dia a dia da produção e reprodução familiar, pois, apesar da invisibilidade do trabalho feminino no campo, na atualidade comprova-se a presença e participação das mulheres na produção agrícola e na transformação desses produtos em gêneros alimentícios. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho da mulher no campo é decisivo para a garantia da segurança alimentar e, em muitos casos, para a manutenção da unidade produtiva (FISCHER, 2010).

A divisão do trabalho entre os membros da família permite visualizar as contribuições de ambos os sexos no que se refere às atividades produtivas e reprodutivas. As mulheres, juntamente com as filhas, são responsáveis por garantir a reprodução social da família; suas atividades ocorrem no âmbito doméstico, o espaço por excelência de consumo. Os cuidados com a casa, os filhos, o preparo das refeições, a produção do quintal, o processamento de

alimentos (produção de polvilho, farinha de mandioca e queijo) e o tear são algumas das suas atribuições. Elas também envolvem-se diretamente com as atividades de produção agrícola, ficando, então, sob a coordenação dos homens. Algumas entendem isso como “ajuda” a eles, e afirmam trabalhar na agricultura somente quando há muito serviço acumulado. As mulheres que realizam, com grande esforço, atividades que lhes proporcionam renda, a fim de garantir mínima autonomia e individualização, estão sujeitas a discriminações por parte das pessoas, provavelmente por tomarem à frente responsabilidades “masculinas” (RUA & ABRAMOVAY, 2000).

5. Considerações Finais

Com a realização deste projeto espera-se compreender melhor o processo de organização, produção, processamento e comercialização de um grupo da agricultura familiar, com um recorte de gênero. Os resultados deverão contribuir significativamente com a associação em questão e com a valorização da agricultura familiar e destes produtos na região.

6. Referências

<[http://file:///C:/Users/user/Downloads/O_MERCADO_E_A_COMERCIALIZAÇÃO_DE_PRODUTOS_AGRÍCOLAS%20\(2\).pdf](http://file:///C:/Users/user/Downloads/O_MERCADO_E_A_COMERCIALIZAÇÃO_DE_PRODUTOS_AGRÍCOLAS%20(2).pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2017.

ALMEIDA, D. Manual de Culturas Hortícolas. **Editorial Presença**, Lisboa, Portugal (1ª edição), v. 2, 2006. 325p.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**. 2ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Atlas S. A. 2007. Disponível em Acessado em fevereiro 2017.

BECKER, C.; COSTA, L. C.; SACCO DOS ANJOS, F. Consumo social e mercados institucionais: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade. XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2011, Pelotas. In: **Anais...**, 2011

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

CAMARGO, R. de et al Tecnologia dos produtos agropecuários. **São Paulo: Ed. Nobel**, 1984.

CAMARGO, R. de et al Tecnologia dos produtos agropecuários. **São Paulo: Ed. Nobel**, 1984.

COELHO, C. N. A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. **Revista de Política Agrícola**, ano 10, n. 2, p. 9-26, 2001.

FERREIRA, L. A. Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar. Brasília: **Fundação Banco do Brasil – FBB**, 2013. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/user/Downloads/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-a-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FILGUEIRA, F.A.R. Novo Manual de Olericultura. **Editora UFV**, Viçosa, MG. 2000. 402p.

FILGUEIRA, F.A.R. Novo Manual de Olericultura. **Editora UFV**, Viçosa, MG. 2000. 402p.

FISCHER, Izaura. “Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado”. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: **Editora Universitária da UFPE**, 2010. p. 193-204

GAVA, Altenir J. Princípios de Tecnologia de Alimentos. **São Paulo: Ed. Nobel**. 1984.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 241-262, jan. 2012. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/user/Downloads/396-2272-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/user/Downloads/2061-8496-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

NETO, N. C., DENUZI, V. S. S., RINALDI, R. N. e STADUTO, T. J. A. **Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar**. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/10582-44667-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2018.

OLIVEIRA, L. F. de; SRUR, A. U. O. S.; VACARI, F. Aproveitamento do chuchu (*Sechium edule*, Swartz) pelo processo de saturação com açúcar – uma alternativa alimentar. **Revista**

Universidade Rural, Série Ciências da Vida. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v.22, p.09-14, 2003 suplemento.

PRESOTTO, S. N. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**, [S.l.], p. 1-15, mar. 2007. Disponível

em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ROLLE, R.S. (Ed.) Processing of fresh-cut tropical fruits and vegetables: a technical guide. Bangkok: **FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations**, 2010. 86p. (RAP publication 2010/16).

ROSA, J. S. **Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural: análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 19 p. Dissertação (Programa de pós-graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Pelotas

(UFPel), [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-](http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf)

[mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? Brasília: **UNESCO**, 2000. 348 p.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 2003. v. 20, n. 1, p. 11-4.

SCHMIDT, V. D. B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E. J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. 2009. 10 p. Disponível em:

TORREZAN, R. **Curso de processamento de frutas**. Rio de Janeiro: CTAA-EMBRAPA, 1997. 137p.

VON DENTZ, E.; RAMBO, A. G. O território dos mercados institucionais da alimentação escolar – considerações sobre o estado de Santa Catarina. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória/ES. In: **Anais...**, 2014. Disponível em:

<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404091716_ARQUIVO_2014_CBG_DE_NTZ-RAMBO.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

WILKINSON, J. Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração da UFLA**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 34-41, jan. 1999. Disponível em:<<http://file:///C:/Users/user/Downloads/299-320-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.